

A última esperança

A tragédia brasileira entra agora em mais um ato. O problema é saber quantos atos as instituições, enfraquecidas desde a crise do impeachment do presidente Collor de Mello, serão capazes de suportar depois que o ministro do Exército deixou claro que espera cassações de mandatos, pois a boa corporação é aquela que se livra dos maus elementos. É uma obra, essa a que o povo assiste todos os dias, que, escrita por um qualquer, se reduziria a mero folhetim. Afinal, os elementos são comuns ao gênero trágico ou folhetinesco: dinheiro, sexo e sangue. Desgraçadamente, quem escreve são os membros das instituições políticas; por isso, e apenas por isso, está-se diante de uma *tragédia*.

A partir do momento em que se descobriu o cadáver de Ana Elizabeth Lofrano dos Santos, uma nata de sangue recobriu o mar de lama que subia lentamente nos porões do Congresso, trazendo para dentro do Poder Legislativo, por poder inenarrável de sucção, quantos personagens se conheciam do processo Collor de Mello. É esse sangue que os acusados de aproveitarem-se do dinheiro público desejam, agora, transformar na água lustral do batismo e com ela apagar toda e qualquer suspeita. Não apenas os acusados querem proteger-se com o sangue de uma infeliz mulher, transformada por eles em vítima propiciatária apta a afastar o castigo dos deuses. São muitos os que antes, e com muito mais intensidade agora, deseja-

vam e querem que nada se faça e tudo morra com o término do prazo constitucional da CPI; mas ainda os que se dispõem a não dar seguimento ao que já se apurou. Eraram muitos; agora serão incontáveis na medida em que, na sua última carta aos investigadores, o acusador relaciona outros próceres da República, inclusive o sucessor constitucional do presidente da República, entre os envolvidos. Se a confissão de viva voz foi suficiente para orientar os trabalhos de uma comissão de inquérito, a confissão *in articulo mortis* será desprezada apenas porque o sangue da esposa manchou o libelo acusatório?

É o status, dificilmente a estatura dos personagens, que transforma o folhetim em tragédia. Porque, na realidade, as instituições, assim como o tecido social, estão esgarçadas. Sexta-feira, antes portanto que se iniciasse mais um ato da tragédia com a descoberta do cadáver de Ana Elizabeth, o deputado Roberto Magalhães, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, dizia com todas as letras: "Tenho notícias de que já se cria um clima hostil à CPI na Câmara". S. Exa. apenas traduzia aquele estado de espírito que nosso enviado especial a Brasília, Márcio Moreira Alves, já havia detectado semana passada:



"Quando se chama um deputado a depor — continuava Magalhães — ele tem 10 ou 20 que são solidários com ele. Chama o segundo e tem mais 10, 20 ou 30". É como se estivéssemos assistindo a um ritual primitivo em que todos são solidários nos maus feitos com receio de que um dia se descubra que todos são culpados. O deputado-relator testemunha o clima e o ritual: "Quanto mais punições pedirmos, menos chances temos de conseguí-las". Em poucas palavras, o Congresso Nacional está

fazendo lentamente suas escolhas: entre a condenação de 20 ou 30, que sejam 50 membros dos 584 que tem, e a morte política do Legislativo, arriscando que o povo irrompa pelos vastos corredores, salões e anexos, tudo destruindo, ou até mesmo uma quartelada militar, a maioria do Congresso parece preferir que o Poder Legislativo seja desmoralizado, desde que eles não percam a oportunidade de reeleger-se e continuar explicando como uma campanha de milhões se paga com o subsídio de centenas de milhares apenas. No clima de dinheiro e poder, ao qual se misturam agora sexo e sangue e possivelmente drogas, perdeu-se a idéia da Pátria e de suas instituições. Erigiu-se o deboche em norma não escrita de ação — deboche que usa o sangue da vítima propicia-

tória para conservar antigos privilégios.

A última esperança dos que ainda acreditam no Estado de Direito está em que a CPI tudo apure (o plenário do Congresso prorrogando seu prazo), que o Congresso cumpra seu dever e casse mandatos, que a Polícia Federal faça um inquérito escorreito, que o Ministério Pùblico apresente denúncia e o Supremo Tribunal Federal julgue — com presteza, ao risco (são as servidões da democracia em crise institucional).

São muitos os que pretendem aproveitar-se de um cadáver para encerrar os trabalhos da CPI

de transformar-se numa mera corte penal! Se nada disso se fizer, como poderá alguém exigir que se condene quem quer que seja quando os preten-sos representantes da soberania popu-lar podem dar-se ao luxo de escarnecer da Na-ção? O processo de crise institucional corre o risco de entrar em queda livre. A salvação das instituições democráticas exige que o inquérito da CPI vá às últimas consequências, não poupando quem, no Legislativo, no Executivo, no mundo empresarial, sonhou poder desfrutar de privilégios imorais, porque obtidos de maneira fraudulenta num reino de fantasia, mas erigido sobre corrupção, dinheiro, sexo e sangue.